SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Quarta-feira, 21 de março de 2012 | JJ 447 | 13.000 exemplares | Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP | Gestão: Unidade e Luta 2011/ 2014 | Tel.: (11) 3222.5833



28 DE MARÇO

RUMO A BRASÍLIA

Depois das manifestações nos estados, chegou a hora de organizarmos a caravana que vai à porta de Dilma dizer não ao congelamento salarial, à precarização do serviço público e a mais uma reforma da previdência

Kil Gaion

Em 2003, trabalhadores públicos unidos contra a Reforma da Previdência do governo Lula

Caravanas do todo o país estão se preparando para estar na capital federal em 28 de março. Será a primeira marcha a Brasília do ano, que reunirá trabalhadores públicos de todo Brasil. Diversos segmentos estarão juntos com o objetivo de colocar fim ao congelamento salarial.

Desde 2003, quando o governo Lula fez a Reforma da Previdência, os trabalhadores públicos não se unificavam em torno de uma pauta conjunta.

Algumas categorias até conquistaram algumas vitórias salariais nos anos posteriores, como o PCS III, aprovado em 2006. Mas o fato é que nos últimos anos nenhum setor do funcionalismo conseguiu superar o congelamento salarial lutando sozinho.

As mobilizações que aconteceram em 2010 e 2011 comprovam essa situação. No ano passado, os técnicos das universidades federais fizeram uma greve de 100 dias, paralisando quase todos os campi do país. O que receberam do governo Dilma? A criminalização da greve.

O mesmo aconteceu conosco. Mesmo depois de meses em greve, paralisando diversos principais tribunais no Brasil, as negociações em torno do PCS não avançaram.

Claro que, no nosso caso, o Legislativo foi submisso ao Executivo e a cúpula do Judiciário se omitiu do papel que lhe cabe. Mas precisamos tomar a seguinte lição: Estamos vivendo uma política de Estado, para desmontar o serviço público e precarizar as nossas condições de trabalho.

Não é para menos, que os casos de assédio moral crescem vertiginosamente em todos os âmbitos do funcionalismo. Quem participou do ato unificado na Av. Paulista na semana passada ouviu os relatos dos companheiros das outras categorias.

Por isso, chegou a hora de prepararmos a nossa caravana e tomarmos a Praça dos Três Poderes. Vamos dizer em alto e bom tom à presidente Dilma que não aceitamos o congelamento salarial, o desmonte do serviço público e mais uma reforma da previdência. Venha você também!

Como faço para participar da caravana?

Ligue no Sintrajud (entre 9h e 18h) e dê o seu nome na secretaria.
A caravana sairá da R. Antônio de Godoy, Centro de São Paulo, onde fica a sede do Sintrajud, na tarde dia 27. E chegará a São Paulo no dia 29.

Fenajufe define calendário de mobilização pelo PCS

Além da participação na Marcha do Dia 28 de Março, em conjunto com os demais setores do funcionalismo, a Fenajufe estabeleceu um calendário de mobilização pelo PCS. Ele já tem duas datas importantes.

Dia 19 de abril – ato em frente ao Supremo Tribunal Federal por ocasião da saída de Cezar Peluso da presidência do órgão e quando o ministro Ayres Brito assumirá o cargo. Denominado "Adeus a Peluso" o ato vai demonstrar a insatisfação da categoria com a inércia do atual presidente nas negociações do PCS.

Dia 08 de maio – A Fenajufe indica essa data como um Dia Nacional de Lutas, quando os sindicatos deverão promover atividades como atos de rua, manifestações nos locais de trabalho, paralisações, debates e assembleias. Essa data foi escolhida em função do prazo final do alistamento eleitoral, que é o dia 9/05.

Começam as negociações com o governo.

Mobilização e unidade podem derrubar política de Dilma

Nas manifestações conjuntas ocorridas de 12 a 16 de março nos estados, lideranças sindicais dos trabalhadores públicos federais reafirmaram a atuação unificada como melhor caminho para derrubar a política de 'reajuste zero' e de ataques a direitos trabalhistas adotada pelo governo de Dilma Rousseff.

Na mesa de negociações instalada no Ministério do Planejamento, que no mesmo período teve duas reuniões, os representantes da categoria se mostraram afinados com esse discurso: defenderam o reajuste linear emergencial de 22%, a fixação da data-base em maio e uma política salarial permanente para todo o funcionalismo.

O secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, disse considerar legítima a reivindicação, mas se mostrou cético quanto a reajustes lineares. Voltou, ainda, a sinalizar a intenção de pautar negociações divididas por setor. Política que, no ano passado, esvaziou a mesa geral e levou a discussões setoriais de resultados pífios.

Somente a unidade e a mobilização do conjunto do funcionalismo podem enfrentar um governo inflexível, como o de Dilma.

Somente a unidade e a mobilização do conjunto do funcionalismo podem impedir a aprovação do projeto de lei que privatiza a Previdência e acaba com a aposentadoria integral nos serviços públicos, o PLC 02/2012, que está no Senado e foi aprovado na Câmara como PL 1992/2007.

21 de Março: Dia Internacional de Luta pela eliminação da discriminação racial

Em 21 de Março de 1960, mais de 5 mil pessoas realizavam um protesto nos arredores de Johanesburgo, na África do Sul, contra a "Lei do Passe", que obrigava negras e negros a mostrarem "passaporte" para circularem dentro de seu próprio país.

A manifestação foi duramente reprimida e ficou lembrada como "O Massacre de Shaperville", após 69 jovens terem sido executados com rajadas de metralhadoras e outras 200 pessoas ficarem feridas.

Mas essa luta não foi em vão. As manifestações internacionais de solidariedade obrigaram a ONU a decretar, a partir de 1965, o dia "21 de Março" como "Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial". A data se transformou numa das principais referências da luta antiapartheid, mundo afora.

A luta contra o racismo acontece todo dia

A luta contra o racismo acontece todo dia, pois essa forma de opressão impõe políticas e práticas responsáveis pelo abismo sócioeconômico existente entre brancos e negros.

Mercado de trabalho

A opressão imposta aos setores marginalizados da sociedade, atingidos pela "informalidade" e pelo desemprego, atinge muito mais as mulheres e os homens negros.

Os negros e as negras também sofrem com a discriminação salarial. Chegam a receber a metade do valor pago ao trabalhador branco. Esta diferença apenas contribui para que negros e negras continuem sendo os vulneráveis da sociedade e aqueles que mais sofrem com a violência.



23.11.2011 - Sintrajud promove evento sobre o Racismo e o Poder Judiciário

Jesus Carlos



Novo site do Sintrajud está em fase de implementação

Reprodução



Como você deve ter visto, o site do Sintrajud está diferente. Apesar de representar uma melhoria na comunicação do sindicato com a categoria, o site ainda está em fase de implementação.

Há várias ferramentas que ainda não estão funcionando como deveriam. E alguns campos ainda não estão atualizados.

Pedimos a compreensão da categoria neste momento. O Departamento de Imprensa do sindicato, junto com os demais departamentos, estão trabalhando para resolver essa situação.

Estimamos que num curto prazo o site estará com todas as suas ferramentas de navegabilidade e interatividade funcionando.

Se você tiver críticas, dúvidas, sugestões, elogios envie para: cae.imprensa@sintrajud.org.br

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

Os dias da semana em português

Edson Luiz Sampel

Belíssima a forma como a língua portuguesa expressa os dias da semana! Ao contrário da totalidade dos outros idiomas novilatinos e anglo-saxônios, que optaram por nomes pagãos (Lunes, Martes etc., para exemplificar com o espanhol), em português, os dias da semana não têm nomes próprios. Por isso, dizemos segunda-feira, terça-feira, quarta-feira etc., empregando o ordinal. Também por este motivo grafamo-lo com letra minúscula. A palavra feira indica dia. A "primeira feira" é o domingo, que é o dies Domini, ou, dia do Senhor. Recebe esta designação porque é o dia em que Jesus ressuscitou dos mortos; é a Páscoa que se celebra toda semana.

No século XIII, o papa pediu que os países passassem a adotar o calendário litúrgico. Parece que só Portugal obedeceu aos rogos do vigário de Cristo. Desta feita, os falantes do português ganhamos esse presente de ouro. Com efeito, quando dizemos segunda-feira (e não "Lunes", nem sequer Monday, que é dia da lua), exprimimos uma realidade teológica assaz profunda: este é o segundo dia após a ressurreição de nosso Senhor, ou seja, depois do acontecimento mais importante da humanidade. Assim, nosso dia a dia está completamente embevecido nos valores cristãos. A língua nos incita a ler a realidade sob a ótica pascal. Isto é deveras maravilhoso! Hoje não é simplesmente segunda-feira, ou terça; é o segundo ou o terceiro dia na sequência da ressurreição. De fato, nosso coração se enche de esperança. Dá sentido à caminhada, ao trabalho rotineiro: somos constantemente lembrados de que nosso maior inimigo, a morte, já foi definitivamente vencido pelo Cristo ressurrecto, que trouxe vida abundante a todos (Jo 10, 10).

Analista judiciário do Tribunal Regional Federal da Terceira Região

IDEIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

SINTRAJUD Jornal do Judiciário FENAJUFE CSP Conlutas
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Sintrajud apresenta pauta de reivindicações ao presidente do TRF-3

Em reunião com desembargador Newton de Lucca, dirigentes sindicais denunciam assédio moral e solicitam diálogo permanente com a nova presidência do tribunal

Por Caê Batista

Jesus Carlos



20.03.2012 - Presidente do TRF-3, desembargador Newton de Lucca, reunido com dirigentes do Sintrajud e da Fenajufe

Na terça-feira (20), o presidente do TRF-3, Newton de Lucca, recebeu representantes do Sintrajud. Na pauta, diversos assuntos de interesse da categoria.

O primeiro foi uma antiga reivindicação dos trabalhadores: a abertura de um canal permanente de negociação com a presidência do tribunal. Principalmente depois da gestão Haddad, que mal recebeu o sindicato nos anos em que esteve à frente do tribunal.

Outro tema exposto ao presidente do TRF-3 foi o crescimento dos casos de assédio moral dentro do tribunal. Sendo alertado que o Sintrajud possui algumas denuncias contra magistrados e chefes, que se valem dessa prática contra os trabalhadores.

O resultado desta prática é o adoecimento de vários colegas. Uma situação que acaba se agravando nos momentos de mudança da presidência do órgão. Porque muitos trabalhadores acabam sendo colocados à disposição, sem nenhum diálogo, o que gera muita insegurança.

Foi apresentado ao desembargador que existem sobras orçamentárias no TRF-3, comprovada pelos estudos do Departamento Econômico do Sintrajud. Sendo reivindicado que parte deles seja destinada à manutenção e melhoria do convênio médico. Os sindicalistas também alertaram para as condições de estrutura do prédio.

Ainda foram abordadas questões mais gerais da categoria, como a luta pelo PCS e contra o PLC 02/2012 (antigo PL 1992/07), que também afeta os magistrados. No mesmo sentido, foi solicitada a intervenção do desembargador no pagamento dos Quintos e outros passivos, como horas-extras em pecúnia.

Devido à agenda do presidente, a reunião foi curta, onde foram elencados alguns temas centrais. A direção do Sintrajud vai reunir todas as reivindicações apresentadas pela categoria nas assembleias setoriais para elaborar uma pauta geral a ser entregue à presidência do TRF-3. Uma nova reunião está agendada para o dia 10 de abril.

Participe das assembleias, procure um diretor do Sintrajud, entre em contato com a entidade para que o problema do seu local de trabalho chegue ao presidente do tribunal.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

No Senado, debatedores afirmam que PL da Previdência envolve futuro do serviço público

Números e argumentos do governo são contestados; representante da Previdência provoca risos ao afirmar que no futuro suposta economia será usada na saúde e educação

Por Hélcio Duarte Filho

No primeiro debate efetivo no Congresso Nacional sobre o projeto que mexe com a Previdência dos servidores, dirigentes de entidades ligadas aos servidores, às áreas legislativas e jurídicas e a aposentados contestaram a visão do governo sobre o assunto, defendida por dois secretários dos ministérios da Fazenda e da Previdência, na audiência pública ocorrida no Senado na segunda-feira (19).

O governo de Dilma Rousseff foi acusado de omitir dados relativos à seguridade, de não fornecer estimativas de impactos orçamentários, de ajudar a disseminar informações falsas sobre a Previdência Social pública e de tentar aprovar um projeto que beneficia o mercado financeiro e traz riscos e insegurança para o servidor. Os representantes do governo também ouviram duras críticas à forma apressada com que o Planalto tenta aprovar o projeto e ao caráter privado do fundo complementar que está sendo criado. "Não é um fundo de pensão [que está em debate], mas o modelo de serviço público que nós queremos para esse país", disse o juiz José Barroso, que representou a AMB (Associação dos Magistrados do Brasil).

Limites da LRF

A servidora Lucieni Pereira, dirigente do Sindilegis, o sindicato dos trabalhadores do Poder Legislativo, disse que o Ministério da Fazenda não apresentou projeções relativas ao impacto da criação do fundo complementar nas contas da União e, consequentemente, no cumprimento dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. "Esse levantamento sob as técnicas da LRF teria que ter sido feito, mas não foi", criticou, ao expor a preocupação de que num futuro breve este comprometimento das contas da União seja usado para justificar congelamentos salariais e novas reformas contra as aposentadorias.

O debate transcorreu ao longo de quase seis horas e cinco mesas, que reuniam quase sempre quatro palestrantes cada. Na plateia, servidores e alguns parlamentares acompanharam a audiência, realizada em conjunto pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos, por solicitação do presidente desta última, senador Paulo Paim (PT-RS), que coordenou a mesa. Um telão foi colocado numa sala ao lado para quem não conseguiu lugar no auditório onde transcorreu a atividade, que foi transmitida pela TV e rádio Senado na internet. O senador José Pimentel (PT-CE) acompanhou as discussões, mas não se manifestou. Ele é relator do projeto, que tramita no Senado como PLC 2/2012 após ter sido aprovado na Câmara dos Deputados como PL 1992/2012. O senador Paulo Paim prometeu convocar novos debates.

'Juros vão cair'

Representaram o governo o secretário Jaime Mariz Junior, pelo Ministério da Previdência, e Ricardo Pena Pinheiro, assessor da secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Ambos levaram para a audiência pública exposições extremamente otimistas com relação ao que significaria a criação Fundo de Previdência Complementar para os Servidores Públicos (Funpresp). Ao ponto de Jaime Junior, que é secretário de Previdência Complementar do ministério, provocar risos na plateia ao dizer que a curto prazo a criação do fundo derrubaria as taxas de juros e que, a médio e longo prazos, a União teria algo em torno de R$ 35 bilhões extras para usar em saúde e educação graças à suposta redução no custo da Previdência – repetiu, assim, um dos discursos usado pelos governos tucanos, na década de 1990, para privatizar as estatais.

O representante da Previdência disse ainda considerar muito plausível que servidores que venham a aderir ao fundo complementar consigam um rendimento muito superior ao seu último salário quando se aposentem, após 35 anos ou mais de contribuição – chegou a falar em 50% e até 100% a mais de benefício. "Então por que não se garante a rentabilidade mínima do Funpresp? Não quero 150%, não precisamos disso, eu quero os 100%, e se não alcançar, o governo complementa", provocou Pedro Delarue Tolentino Filho, Fórum Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), sem obter resposta.

'Risco total'

Coube à auditora fiscal Maria Lúcia Fatorelli, pela Auditoria Cidadã da Dívida, ao fazer uma análise mais global da questão, associando-a à crise econômica mundial e à ciranda financeira, a exposição de maior impacto do dia, aspecto ressaltado inclusive por alguns debatedores. "É risco zero para os órgãos públicos, risco total para o servidor. Podemos ter os melhores gerentes dos fundos, quem vai decidir é o mercado. Estamos empurrando para o mercado o nosso futuro", criticou nas considerações finais de sua explanação. Ela defendeu que os servidores federais se unam aos estaduais e municipais para tentar impedir a privatização da Previdência do funcionalismo das três esferas no Brasil.

Sintrajud continua luta pela reversão da compensação imposta no TRT-2

Em negociação com o presidente do TRT, Sintrajud solicita a reconsideração da Portaria GP nº 06/2012

Na segunda-feira (19), os servidores Justiça Trabalhista deram mais um passo na batalha pela reversão da compensação como determinada na Portaria GP nº 06/2012.

Em reunião com o Sintrajud, o desembargador Nelson Nazar disse que poderia rever a sua posição inicial em relação à compensação da greve. Participaram do encontro os diretores Tarcísio Ferreira e Henrique Sales e o advogado Cesar Lignelli.

Reforçando a reivindicação de compensação por serviço, o sindicato demonstrou disposição de tentar obter a anuência dos diretores de secretaria quanto a esse critério. O presidente Nazar se dispôs a receber proposta neste sentido, agendando nova reunião para esta quarta-feira (21).

Para isso, estão sendo coletadas assinaturas dos diretores nas varas e demais setores, em documento na forma de abaixo-assinado.

De acordo com Tarcísio, a compensação, nas condições colocadas, está gerando muita preocupação nos servidores, devido à pressão resultante da contagem das horas de trabalho.

"A recuperação do serviço propriamente dito acaba ficando em segundo plano, pois a principal preocupação acaba sendo a simples compensação das horas, num prazo exíguo", argumenta.

Mesmo assim, conta Tarcísio, as varas estão sendo elogiadas pela corregedoria do Tribunal, que está realizando correição neste período. Isso demonstra a disposição dos servidores em regularizar os serviços, independentemente da determinação da administração.

Joca Duarte



19.03.2012 - Diretoras do Sintrajud reunidas com o vice-presidente administrativo do TRT-2. Simultaneamente outros sindicalistas estavam em audiência com o presidente do tribunal.

Mobilização e recurso

Para tratar do tema, desde o início do ano o Sintrajud vem se reunindo com representantes da administração do tribunal e com o próprio presidente. E na tentativa de reverter a compensação por hora, o sindicato ingressou com pedido de reconsideração e recurso contra a portaria nº 06.

Com o indeferimento do pedido de reconsideração pelo presidente, o recurso foi encaminhado à vice-presidência administrativa, incumbida de relatá-lo. O tema foi incluído na pauta de julgamentos do órgão especial para a próxima segunda-feira (26).

Independentemente do recurso apresentado, a proposta do abaixo-assinado, ao que parece, interessou ao desembargador Nazar, que agendou nova reunião com o sindicato. Vale lembrar que o recurso não impossibilita a continuidade da negociação com a presidência, e mesmo a reconsideração da decisão.

"Estamos batalhando em todas as frentes para que a categoria não seja castigada. As pessoas não estão se furtando a repor o serviço, mas não querem ser penalizadas por terem exercido o direito de greve", afirmou Tarcísio.

Reuniões simultâneas

Além da audiência com Nazar, a diretoria do Sintrajud reuniu-se também com o vice-presidente administrativo, desembargador Carlos Francisco Berardo, para tratar do recurso pautado no órgão especial, sob sua relatoria. Ele não adiantou sua posição, mas ouviu a argumentação de Leica Silva e Inês Leal de Castro, diretoras do Sintrajud. Também participou da reunião a advogada Eliana Ferreira.

Elas sustentaram que a compensação por serviço represado é mais eficiente. Além disso, não penaliza os grevistas, que se valeram de um direito constitucional para tentar reverter o congelamento salarial.

MAIS UMA VITÓRIA DO JURÍDICO

Sintrajud consegue afastar cobrança de IR sobre abono pecuniário de férias para os sócios da entidade

Para ter direito ao resultado dessa ação, o trabalhador precisaria estar associado ao sindicato à época do ingresso, novembro de 2000

Por Caê Batista

Os trabalhadores do Judiciário que sofreram a incidência de Imposto de Renda sobre abono pecuniário de férias recebem uma boa notícia.

O desembargador Nery Junior julgou procedente o pedido feito pelo Sintrajud, declarando que a cobrança é indevida.

Na decisão, o desembargador determina que os valores descontados serão devolvidos "mediante compensação com o imposto de renda a ser retido em remunerações futuras".

Caso essa medida não seja possível, será necessária a emissão de precatórios para que o pagamento seja efetuado. Ainda cabem recursos por parte da União.

Em sua argumentação, o desembargador se valeu da uma decisão do Superior Tribunal de Justiça. "As verbas recebidas pelas licenças-prêmio convertidas em pecúnia, independentemente de não terem sido gozadas por necessidade de serviço ou por opção do próprio servidor, não constituem acréscimo patrimonial, possuindo natureza indenizatória, razão pela qual não podem ser objeto de incidência do Imposto de Renda".

A inicial deste processo é de novembro de 2000 e terá direito ao seu resultado o trabalhador sócio do Sintrajud à época do ingresso da ação judicial.

FALTOU PLANEJAMENTO

Reforma na JT de Santos é necessária, mas está atrapalhando funcionamento do fórum

Por Caê Batista

Trabalhar em meio à poeira, sem ar condicionado, num calor litorâneo, ao barulho de marretadas e furadeiras tem sido o cotidiano dos servidores da JT de Santos.

Há anos o Sintrajud denuncia e reivindica reformas no prédio. Em 2011, depois de diversos atos e protestos na entrada do fórum e solicitações diretas à presidência do TRT-2, a reforma foi iniciada. Porém, gerando problemas aos trabalhadores: o excesso de ruído, de poeira, de calor e, o mais grave, riscos à integridade física.

Recentemente, contou uma trabalhadora do prédio, parte do entulho que estava sendo retirado caiu sobre os tapumes. "Parecia que ia cair em cima de mim", relatou a servidora.

Segundo disse, além da poeira, foram tantas "pedras e pedaços de vidro" que parecia que o tapume cederia.

Ela ainda contou que às vezes é necessário pedir que o serviço seja interrompido. Para essa trabalhadora, a administração deveria delimitar um horário para que a reforma fosse feita sem atrapalhar o funcionamento do fórum.

Diretor do Sintrajud e trabalhador da JF de Santos, Adilson Rodrigues destaca que a reforma é urgente, necessária, mas que ela deveria ter começado durante o Recesso Forense.

Adilson ressalta que a entidade já entrou em contato com o diretor geral do TRT-2, Luis Alberto Daguano, para tratar do assunto. O sindicalista ainda alerta que os serviços normais do fórum precisam ser suspensos diante de uma reforma incompatível com o funcionamento do prédio. "É uma obra que precisa ser feita, mas é preciso garantir as mínimas condições de trabalho, segurança e higiene aos servidores", afirmou.

A reportagem entrou em contato com a assessoria de imprensa do TRT-2, que informou ainda aguardar informações do setor competente.

Marcela Mattos







Há anos, o fórum trabalhista de Santos apresenta problemas. Mais recentemente houve a explosão do transformador de energia elétrica, quando foi feita essa ligação, chamada de "tigre". No detalhe, paredes emboloradas devido à umidade. Na foto debaixo, uma secretaria com os tapumes da reforma.